

TERRITÓRIO DAS INSURGÊNCIAS

Territorializando as manifestações sociais recentes em São Paulo

Julina Gilardino (IC) e Volia R. Costa Kato (Orientadora)

Apoio: PIBIC CNPq

RESUMO

Esta pesquisa pretende estabelecer uma leitura das cidades e da vida social que nelas florescem a partir da ótica das insurgências urbanas. A análise procura desenvolver o entendimento a respeito das insurgências que corporificam neste artigo manifestações sociais e protestos por meio da sua concretização no espaço. Entende-se que a territorialização desses eventos seja necessária para compreender a importância da reconfiguração dos espaços públicos mediante seus usos. Analisar a vida cotidiana a partir da dimensão do vivido no território coloca a cidade novamente no plano de discussões nacionais. Para nortear a pesquisa foi adotada as Jornadas de Junho de 2013 na cidade de São Paulo como ponto de partida tendo em vista a dimensão das manifestações e por se tratarem de um marco histórico que reconfigura os rumos do país dali em diante, cujos reflexos reverberam até hoje. O levantamento do eventos ocorridos de 2013-2020 apontam um levante popular da década de 2010 em termos históricos, cujo volume de protestos deste período só encontra paralelo nos rebeldes anos 1960. Esses acontecimentos carregam uma potência política capaz de promover interrupções no ritmo automatizado das cidades, interrompem o cotidiano abrindo fissuras sob as quais uma alternativa de futuro está posta. Assim, busca-se aqui dar luz a essas insurgências para além de acontecimentos isolados que fazem parte da história, mas enquanto elementos dos quais é possível extrair possibilidades concretas que colocam a coletividade, os desejos e as subjetividades como pontos centrais constituintes de uma sociedade.

Palavras-chave: Insurgências sociais; manifestações e protestos; espaço público urbano.

ABSTRACT

This research aims to define an understanding of cities and social life that flourishes from the perspective of urban insurgencies. This analysis seeks to understand the insurgencies that embody social manifestations in this article through their concretization in space. It is understood that the territorialization of those events is necessary to grasp the importance of the reconfiguration of the public spaces upon its use. The analysis of daily life based on the dimension of what is lived reinserts the city on the national discussions landscape with the themes inherent to the city. To guide this research was adopted the Jornadas de Junho de 2013 (June Journeys of 2013) in the city of Sao Paulo as starting point, considering the dimension and also for being a historical mark that reconfigures the course of the country from that moment onwards, which reverberate until today. The survey of events occurring in 2013-2020 point out to a popular uprising of the decade of 2010 on historical terms in which the volume of

demonstrations resembles only the 1960. These occurrences carry on the potential capable to promote the interruption of the automatized rhythm of the cities, interrupting the everyday life, opening cracks in which an alternative future is set. So, it seeks to enlighten insurgencies beyond the isolated happening which are part of the history but instead as elements that allow the extractions of concrete possibilities that put the collective, desires and subjectivity as central points of a society's constitution.

Keywords: Social insurgencies; social manifestation and protests; urban public space.

1. INTRODUÇÃO

Insurgências urbanas e sociais, termo utilizado nesta pesquisa para referir-se a protestos e manifestações populares, são atos coletivos e espontâneos nos quais um conjunto de pessoas reunidas expressam e reivindicam valores por meio da ação. Como bem definido por Judith Butler (2018:13) elas “se formam inesperadamente e se dissolvem, transitoriedade relacionada a sua função crítica”. Esses eventos colocam em evidência o resgate dos espaços públicos como esfera de resistência e luta por direitos sociais, tema central desta pesquisa. Busca-se aqui dirigir o olhar para as insurgências sob a ótica do território, investigando como elas acontecem e se apropriam do espaço, compreendendo suas lógicas e agenciamentos na dinâmica urbana da cidade de São Paulo. Ao interromperem as cadências automatizadas da vida cotidiana, tais eventos abrem um campo de expressão política inusitado, efêmero e performático como modos de territorialização.

O interesse investigativo por esses eventos e seus desdobramentos no cotidiano representa a busca de possibilidades transformadoras e de indícios de mudança social no plano do real vivido, nos espaços onde a vida em sociedade ocorre, onde se concretiza a reprodução das estruturas sociais. Tendo assim, segundo Lefebvre (1999), o urbano como o lugar de expressão dos conflitos e as insurgências como propulsor de forças sociais que desabrocham à partir do vivido carregando insatisfações e reivindicações sociais.

Para discutir o contexto atual das insurgências populares é preciso resgatar o início desta década com a ascensão das manifestações ao redor do mundo que nasceram da Primavera Árabe (2010), do movimento Occupy (2011) e, no Brasil num momento posterior com as Jornadas de Junho de 2013. Ainda que cada movimento tenha suas especificidades locais, é possível estabelecer grandes temas que abarcam a maioria das pautas reivindicadas. Sendo assim, observa-se uma insatisfação generalizada para com a ideia de que o bem-estar do sistema financeiro se mostra mais relevante do que o de uma humanidade inteira que vive em condições precárias de existência em prol da concentração de riquezas das grandes nações capitalistas. Todavia, a fim de compreender melhor o objeto desta pesquisa é importante elencar as principais temáticas das insurgências da última década para avançar nos modos de territorialização das mesmas. Como bem apontado por Judith Butler, esses eventos evidenciam os seguintes aspectos.

Oposição a um governo despótico, a regimes securitários, ao nacionalismo, ao militarismo, à injustiça econômica, à desigualdade dos direitos de cidadania, à condição de apátrida, aos danos ecológicos, à intensificação da desigualdade econômica e à aceleração da condição precária. As

vezes buscam até desafiar o próprio capitalismo ou o neoliberalismo, considerando um novo desenvolvimento ou variante, ou medidas de austeridade e a potencial destruição da educação superior pública.

BUTLER, 2018:16

Atualmente, grandes autores discorrem a respeito do tema das insurgências, a fim de respaldar o argumento levantado destaca-se aqui alguns deles. Como bem afirma Slavoj Žižek (2013:103), “o que a maioria dos manifestantes compartilham é um sentimento fluido de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares”. Esses autores destacam uma singularidade nas insurgências, diferenciando-as da estrita noção de liberdade de expressão. Para além da fala que enuncia a condição precária, esses eventos viabilizam “modos de expressar e demonstrar que engajam de maneira importante ações corpóreas e formas de liberdade físicas de expressão” (BUTLER, 2018:16). A reunião de corpos movidos por desejos em comum provocam, segundo André Lepecki (2012:44), uma dinâmica, um movimento cinético “no sentido de que o dissenso produz a ruptura de hábitos e comportamentos”. Desejo presente nas ações, comportamentos, valores e, portanto, nas práticas que atravessam as cadências do cotidiano e que podem ser vistas nas formas instituídas ou inusitadas de apropriação da cidade como maneiras de singularizações da vida social (CERTEAU, 1996).

Corpos se juntam na rua, na praça ou em outras formas de espaço público (incluindo os virtuais), eles estão exercitando um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corporal por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, não mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária.

BUTLER, 2018:17

Colocando em destaque tais referências, a pesquisa traz uma análise crítica das insurgências sociais a partir da territorialização desses eventos na cidade de São Paulo, tendo o ano de 2013 como ponto de partida. Esta análise está pautada nos aportes teóricos, históricos e jornalísticos que deram suporte à investigação, parte deles brevemente apresentados acima. O estudo desses eventos a partir da ótica da cidade, enquanto locus do viver, conduz a uma aproximação investigativa sobre os processos de uso, apropriação e identidade do território (SANTOS, 2012), indicando norteadores e instrumentos potentes capazes de ampliar nossa concepção do fazer arquitetônico. Observar as micro dinâmicas socioespaciais em suas ações insurgentes no espaço urbano agregam significados à reflexão teórica pois trazem visibilidade pública a insatisfações e desejos coletivos, podendo gerar contribuições para o projeto da arquitetura e da cidade.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 Insurgências: um olhar analítico

Em *Micropolíticas: cartografias do desejo* (2011), Félix Guattari e Suely Rolnik apontam o florescimento de uma uma potência crítica, para além das agendas macropolíticas, ações menores mas múltiplas que

promovem a vitalidade da micropolítica. Essa potência surge de um povo múltiplo que, unidos por pautas comuns, são capazes de reagir por meio do que os autores chamam de “Revolução Molecular”, vivências oriundas de encontros, situações e afetos. “São revoluções absolutamente fabulosas do ponto de vista da emergência de um povo” (GUATTARI, 2011:09-11).

Henrique Soares Carneiro (2011) também aborda a possibilidade de expansão da consciência política das classes exploradas por meio da militância e dos protestos. Segundo o autor as insurgências são capazes de romper, política e ideologicamente, a lógica dominante, propondo novos agentes e agenciamentos. Na mesma linha, Lefebvre (2001:35 e 105) aponta a importância das lutas urbanas através das classes exploradas. Reconhecer essa condição de exploração é atentar-se para a oposição existente entre “valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos)”. Em uma sociedade que prioriza o valor de troca, o indivíduo torna-se mercadoria, uma vez em que seus direitos são frequentemente negociados em função de benefícios que perpetuam o status quo das estruturas reguladoras. Paulatinamente esse indivíduo se encontra privado da própria felicidade, de sua capacidade criativa, enquanto agente coletivo, capaz de reconhecer e construir seus valores e papéis na sociedade.

O debate das insurgências ganha complexidade a medida em que adiciona-se à discussão as infinitas causas para os protestos, a distinta realidade de cada nação e as diferentes fases de cada democracia, ou em muitos casos, países que sequer possuem um governo democrático. Todavia, a explosão dessas insurgências no mundo todo em um curto período de tempo evidencia a configuração de um momento importante da história. Como foi o caso dos revolucionários anos 60 em todo mundo, a década de 2010 delinea questões importantes para refletirmos e analisarmos. Esses corpos reunidos em protesto promovem uma força política pautada no questionamento do sistema de representação política, no sucateamento coletivo da vida cotidiana, na recusa às condições de trabalho em sua forma atual, etc. David Harvey (2013:32) enuncia como ponto crucial na conquista do direito à cidade, a coletividade, não podendo “ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais”.

A fim de aproximar o que foi dito acima à noção de território, Milton Santos (2005) faz reflexões sobre a importância do lugar e do território, necessários ao exercício da construção política. Segundo ele, o lugar é a sede da resistência da sociedade civil. Para compreender essa relação é preciso debruçar-se nos aspectos cotidianos da realidade urbana, que englobam as noções de território usado e o uso do território.

(...) o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território).

André Lepecki (2012:49) aposta nas insurgências enquanto instrumentos potentes que se colocam no cerne mais autêntico da dimensão política. Ou seja, as manifestações são formas de ação postas em visibilidade na esfera pública, no “chão da cidade”, carregadas de discurso, desejos e possibilidades. Colocam em evidência um movimento próprio, como coreografias de outras formas de inscrição no mundo, expressando práticas do dissenso. Ao criarem nas cidades uma coreografia específica, na contramão ao movimento automático, exaustivo e alienante do cotidiano das cidades, as insurgências expressam, em seu teor público, atributos de efemeridade e performatividade.

Judith Butler (2018:15-18) também aborda a relevância da reunião de corpos para além da liberdade de expressão mediante a fala, configurando um caráter performático, como afirma Lepecki. Para a autora as insurgências são performatividades que operam por meio de ações coordenadas, “cujas condições e cujo objetivo são a reconstituição de formas plurais de atuação e de práticas sociais de resistência”. A possibilidade de construção de outras narrativas indicada pelas insurgências são essenciais para o momento sócio político que vivemos, no qual as instituições e serviços públicos são cada vez mais precarizados para que uma alternativa muito mais atraente possa emergir dos serviços privados. Esse fenômeno paulatinamente mina e restringe a viabilidade de que um crescimento individual (social, cultural e educacional) emancipatório seja ofertado à população como um todo. Nota-se um número cada vez maior de pessoas que estão “perdendo casa, benefícios previdenciários, e perspectiva de emprego” (BUTLER, 2018:17), evidenciando uma política que considera populações como descartáveis. Neste cenário no qual o valor de troca é protagonista, criam-se condições de “negligência sistemática”, permitindo o descarte de pessoas.

Esse eficiente sistema está enraizado na cultura dos países, estados e cidades a ponto de criar as condições de precarização da vida. Ele atribui a responsabilidade de “se tornar economicamente autossuficiente” aos indivíduos, quando essas condições que promovem a autossuficiência são inalcançáveis. Como afirma a autora, temos uma obrigação moral e somos constantemente pressionados a nos tornar um “indivíduo que está estruturalmente impedido de concretizar essa norma. A racionalidade neoliberal exige a autossuficiência como uma ideia moral, ao mesmo tempo que as formas neoliberais de poder trabalham para destruir essa possibilidade no nível econômico” (BUTLER, 2018:20). Ademais da estrutura social posta, a noção do território também destaca-se como uma peça chave. Nos centros urbanos principalmente, essa lógica é aplicada no intuito de desterritorializar as massas, desfazendo laços e concretizando a sensação de solidão individual, reforçando a ideia de que cada um deve se fazer por conta própria e, por consequência, ficando a mercê das estruturas que o colocaram nesse papel em primeiro lugar. Assim, a insurgência -coletiva por essência- “desempenha o papel de uma forma provisória e plural de coexistência que constitui uma alternativa ética e social distinta da “responsabilização”” (BUTLER, 2018:22).

Henri Lefebvre em a *Irrupção* (1968) se põe a relatar e analisar as insurgências que floresceram em Paris (1968). Assim como Judith Butler o autor enuncia um contexto no qual o Estado político e a hierarquia social, enquanto unidades ilusórias, se pautam através da constante separação “entre a vida cotidiana e a vida pública, entre o pensamento e a ação, entre a produção de bens materiais e a de bens não materiais” e que, em momentos pontuais da história na qual se observa um levante

considerável e verdadeiramente popular (como o movimento de maio de 68), essa estrutura se vê solapada pela base, pelas classes inferiores as quais ela domina.

2.2 A política volta às ruas: uma análise global das insurgências da última década

Em matéria realizada pela Folha de SP, Daniel Avelar (2019) indica uma onda de protestos pelo mundo que concretizam os indicadores, conjecturas e proposições levantadas neste artigo. Como apontado anteriormente, observa-se uma retomada em grande escala das insurgências urbanas nos anos 2010 com a Primavera Árabe, que originou o Movimento Occupy. A escalada das manifestações cujo estopim se deu na Tunísia, e posteriormente no Egito, rapidamente avançam para outros países até chegar no Brasil em 2013.

Ainda segundo Avelar (2019), ao analisar o levante popular da década de 2010 em termos históricos nota-se que “o volume de protestos deste período só encontra paralelo nos rebeldes anos 1960, marcados por lutas por direitos civis ao redor do planeta”. A fim de elucidar os aspectos e causas desses eventos como bem elencado na citação de Judith Butler situada na introdução deste artigo, aponta-se rapidamente algumas das insurgências ao redor do mundo nos últimos anos.

Em países como Argélia, Egito, Haiti, Rússia e Sudão manifestantes protestam contra governantes autoritários e medidas impositivas dos respectivos governos. Tais atos sofreram grande repressão policial porém obtiveram importantes conquistas como a renúncia do presidente da Argélia que convoca novas eleições; uma derrota simbólica ao governo nas eleições da Rússia, reduzindo a maioria dos aliados de Putin no legislativo municipal; e a deposição do ditador do Sudão por um golpe do Exército, indicando que a transição para democracia deve ocorrer em 2022.

Políticas nacionalistas levaram manifestantes às ruas inflamando o discurso separatista na Espanha e a saída do Reino Unido da União Europeia. Já no Chile, Hong Kong na China, Iraque e Líbano a população sofre com injustiças econômicas, desigualdade e ameaça à direitos sociais básicos. Após meses de constante caos político em decorrência das insurgências, o presidente do Chile retrocedeu no aumento da tarifa do transporte público e anunciou um pacote de medidas econômicas para atenuar os protestos. Apesar da violenta repressão em Hong Kong foi revogado um projeto de lei que facilitaria a extradição de suspeitos para serem julgados na China continental. No Iraque as insurgências pedem melhores condições de vida no país, destruído por conta da incessante guerra entre EUA e Estado Islâmico no território. Os protestantes se manifestam contra o governo do premiê Adil Abdul-Mahdi, que aceita antecipar as eleições caso houvesse um acordo com o Parlamento. No Líbano a população sofre com anos de corrupção do governo, interferindo diretamente na economia local. O premiê renunciou ao poder e seus sucessores apresentam um pacote de medidas contra corrupção e privatizações.

No Equador, assim como no Chile, as manifestações tomaram grandes proporções, levando o presidente do Equador, por exemplo, a decretar estado de calamidade no país e a transferir temporariamente a capital de Quito para Guayaquil, mas acabou cedendo às demandas da população.

Segundo Judith Butler (2018:15) em um território no qual populações são consideradas descartáveis em consequência de políticas que promovem condições de negligência, que demandam dos indivíduos uma autossuficiência impraticável, tornando-os socialmente isolados e desarticulados, se faz necessário um levante coletivo e plural. Insurgências compostas por indivíduos que exigem direitos, que tomem “a condição precária como sua condição estimulante”.

(...) a reunião é realizada em nome do corpo vivo, um corpo com direito de viver e persistir, até mesmo a florescer. Ao mesmo tempo, não importa sobre o que seja o protesto, ele também é, implicitamente, uma reivindicação por poder se unir, se reunir em assembleia, e de fazê-lo livremente, sem medo da violência policial ou da censura política. Então, embora o corpo em sua luta contra a precariedade e a persistência esteja no coração de tantas manifestações, ele também é o corpo que está exposto, exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo político.

BUTLER, 2018:24

A aproximação empírica das insurgências na cidade de São Paulo à partir de 2013, no contexto da investigação, consistiu na busca e análise de materiais jornalísticos. Por meio do estudo realizado, entende-se a importância da compreensão das insurgências na dinâmica da cidade mediante uma análise do todo, do conjunto de manifestações ocorridas na cidade ao longo dos anos.

2.3 Insurgências na cidade de São Paulo: aproximações da pesquisa

Os levantamentos empíricos sobre o fenômeno em São Paulo evidenciam um elevado número de manifestações ocorridas no período analisado. Assim, para o estabelecimento de possibilidades analíticas foi necessário criar uma série de filtros. O estudo considerou as insurgências que possuíam as seguintes informações: ano; especificação de data; onde ocorreu no território nacional; especificação do lugar e/ou percurso na cidade de São Paulo; pautas; atores (quem organizou); adesão (número de pessoas que compareceram aos atos); fatos (este item foi preenchido de acordo com a necessidade) e fonte. A partir destes itens foi possível compilar 20 insurgências de 2013 a 2020, por meio de uma sistematização¹ que indica o conjunto de variáveis presente no estudo.

Através da compilação dos dados jornalísticos foi possível visualizar os dois motes da pesquisa com mais clareza: as insurgências e suas territorialidades (maneira como elas acontecem no território). O conceito de insurgência, amplamente desenvolvido até aqui consiste no acontecimento coletivo que incorpora a contestação, é a recusa a algo posto ou imposto, e mais do que isso, representa a corporificação do direito mais social que é o ser, para além do dizer. A territorialidade se apresenta como um conceito guarda-chuva que engloba a dimensão do lugar, do espaço e seu uso. Permite a visibilidade pública dos corpos que se manifestam, permite a leitura de códigos próprios de cada manifestação, através dos quais muitas vezes atribuem sentido ou reafirmam as pautas reivindicadas e bandeiras defendidas. Como afirma Lefebvre (1968:114) “as manifestações aconteceram na rua”, é

¹ Sistematização de dados Insurgências 2013-2020. Fonte: arquivo pessoal. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1xAaHuhUJLFVxJbDFJ9xwT5KrxJb0vFx9?usp=sharing>>.

nela que a espontaneidade floresce, no lugar social não ocupado pelas instituições; todavia, podendo, se desejado, estender-se até os locais institucionais, fazendo dela um lugar político. O espaço da rua ganha um caráter social, transforma seu sentido e sua função, seja na dimensão do vivido, da arquitetura ou até mesmo do político. Nesse sentido, as insurgências expressam modos de uso dos espaços públicos e, portanto, produção de territórios singulares e expressivos, na expressão de Guattari (1985).

Como indicado anteriormente, entende-se que as Jornadas de Junho de 2013 fazem parte de um escopo de insurgências que eclodiram pelo mundo a partir de 2011 com a Primavera Árabe. Naquele ano o país inteiro se vê inesperadamente inundado por manifestações que pretendiam, no início, protestar contra o aumento da tarifa dos transportes públicos. Apesar da bandeira oficial do movimento que encabeçou as manifestações - Movimento Passe Livre (MPL)- fosse a discussão em torno da tarifa zero para transportes coletivos, os atos tomaram grandes proporções e passaram a defender outras pautas. Esses eventos ganharam corpo alcançando os 26 estados, em 538 municípios (G1, 2013). Junho tornou-se referência pelo volume de atos sequenciais ao longo do mês que reuniram números expressivos de pessoas, atingindo mais de 2,7 milhões de pessoas, além da repercussão internacional em 27 países (O ESTADO DE SÃO PAULO, jun. 2013).

As Jornadas de Junho representam um marco histórico que alteraram os rumos do país dali em diante. Na cidade de São Paulo ruas, avenidas, estradas e rodovias foram obstruídas por manifestantes ao longo do mês. A estratégia adotada pelo movimento, ao longo dos atos, consistiu em bloquear acessos norte-sul e leste-oeste da cidade, como as rodovias Anhanguera, Castello Branco, Raposo Tavares, via Anchieta, Marginal Pinheiros; a Estrada do M'Boi Mirim; as avenidas Paulista, Rebouças, Doutor Arnaldo, Faria Lima, Luís Carlos Berrini, Guarapiranga, Interlagos, Ermano Marchetti, D. Belmira Marin, Marechal Tito, Paulo Guilguer Reimberg, Senador Teotônio Vilela, Cruzeiro do Sul, Rangel Pestana; a rua da Consolação; as pontes Octavio Frias de Oliveira e do Socorro; além de pontos como a praça Campo de Bagatelle, Largo da Batata e Theatro Municipal (G1, jun. 2013).

A adesão significativa de pessoas possibilitou a exploração de novos percursos, levando pela primeira vez na história do país um grande volume de pessoas a marcharem em protesto em estradas e pontes destinadas exclusivamente ao trânsito de automóveis. O MPL encerrou um dos atos na Ponte Estaiada em protesto a construção da mesma, que custou cerca de R\$ 233 milhões aos cofres públicos (G1, mai. 2018). Como afirma Mariana Fix (2007) o projeto da ponte foi desenvolvido como chamariz para o mercado imobiliário, a fim de criar uma marca de distinção, "inventar uma centralidade para o empresariado". O movimento que reivindica a tarifa gratuita alega que o mesmo montante investido para a construção da ponte poderia ter sido aplicado na melhoria da mobilidade urbana em favor dos transportes coletivos de massa. Parte do material aqui descrito advém dos estudos realizados anteriormente, contidos no artigo desenvolvido na etapa inicial desta pesquisa².

² Artigo realizado intitula-se Território das Insurgências: Jornadas de Junho de 2013 em São Paulo para o 9º Fórum de Pesquisa FAU-Mackenzie em 2019, com autoria de Juliana Gilardino e Volia R. Costa Kato.

Da amplitude presente nos atos naquele ano surgiram os movimentos Movimento Brasil Livre - MBL e o Vem Pra Rua que passaram a liderar os atos em 2015 e 2016 a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Esses dois movimentos, que se enquadram no espectro mais liberal de direita, passaram a inserir-se no campo político institucional, lançando figuras políticas que hoje são bastante conhecidas como: Renan Santos, Kim Kataguiri, Fernando Holiday e Bruno Covas (atual prefeito da cidade de São Paulo - no mandato desde 2017 após a renúncia de João Dória para Governador do Estado de SP); e construindo uma base eleitoral que elegeu, nas eleições municipais de 2016, 45 candidatos pertencentes ao movimento (JUSBRASIL, 2016).

A mudança no rumo ideológico durante 2013, somado a uma série de pautas (elencadas na tabela) e a baixa operacionalidade do governo para conciliar as políticas internas faz com que o governo de Dilma Rousseff entre em crise. Ocorre uma rearticulação dos setores conservadores que, aproveitam a euforia das ruas e se articulam com os movimentos MBL e Vem Pra Rua, levando milhares de pessoas por todo o país, e no exterior, a protestarem pelo impeachment da presidente. Esses atos ocorrem durante os anos de 2015 e 2016 com a adesão de um número expressivo de indivíduos em todas as regiões do país. Em março de 2016, 500 mil pessoas inundaram a Av. Paulista na cidade de São Paulo pedindo pelo Impeachment, configurando a maior manifestação de rua da história democrática do país (EL PAÍS, 14 mar. 2016).

Dada a explosão de atos liderados pela direita política, os setores da esquerda também se mobilizaram e observamos nesse período uma série de atos a favor e contra o impeachment da presidente. Há uma cisão clara entre direita e esquerda e o debate público se vê dali em diante polarizado. Neste período o governo do Estado de São Paulo liberou, pela primeira vez em um protesto, as catracas do metrô de São Paulo para uma manifestação pró impeachment (VALOR ECONÔMICO, mar. 2015). Observa-se uma cisão política, ideológica e territorial a medida em que a Avenida Paulista, atual berço da maioria das manifestações na cidade, vira arena entre os dois grupos de manifestantes (de esquerda e direita). Os atos se intercalam ao longo dos meses e defini-se ali duas arquiteturas que se tornam símbolo dos espectros políticos apontados. O vão livre do MASP, passa a representar o ponto de concentração dos atos de esquerda e o edifício da FIESP dos atos de direita.

Em 2017 ocorre nos meses de março e abril uma Greve Geral que mobiliza milhões de pessoas em 17 Estados brasileiros (GAZETA DO POVO, 14 jun. 2019). Organizada pela classe trabalhadora que fazia oposição ao governo de Michel Temer e sua agenda, dentre eles o Sindicato dos Metroviários e dos ferroviários de São Paulo, MTST, CUT, Sinpro-SP, SINPEEM e APEOESP, SindSaude-SP, Sindicato Nacional dos Aeronautas, Sindicato de Comerciantes de São Paulo, Frente Brasil Popular e outros. Nesse período houve interrupções parciais de ônibus, trens e metrô por 24h; a suspensão do rodízio de veículos particulares; restrição para que apenas 30% dos funcionários mantivessem as atividades no aeroporto de Guarulhos; e pelo menos 13 unidades hospitalares estaduais interromperam suas atividades integralmente (EL PAÍS, 28 abr. 2017). Ocorreram atos nas avenidas Paulista, Rebouças e Faria Lima, na estrada do M'Boi Mirim, e no quilômetro 273 da rodovia Régis Bittencourt (UOL, 31 mar. 2017). A greve contou com uma adesão de 70 mil pessoas na cidade de São Paulo e de 40 milhões em todo o país (EXAME, 28 abr. 2017).

Em abril de 2018, após o desenrolar do processo de condenação do ex presidente Lula, Moro decreta a prisão do petista (BBC, 5 abr. 2018) e, em resposta ao ocorrido uma série de atos são realizados pedindo a soltura de Lula. Neste ano houveram 5 insurgências significativas, sendo elas a Marcha da Maconha - a maior manifestação já realizada pelo movimento até então; Lula livre e justiça para Marielle; Greve dos caminhoneiros; Pró Bolsonaro; e Ele Não, indicando novamente que as chamas da politização das massas permanecia acesa. Soma-se a essa polarização política as eleições do poder executivo, referente aos cargos de instância Estadual e Federal. Com o crescimento da popularidade do então candidato Jair Bolsonaro, a cidade de São Paulo se vê tomada por insurgências a favor e contra o candidato.

A insurgência - Ele Não - ocorreu em 114 cidades incluindo 10 países além do Brasil. Os atos foram organizados e convocados por um grupo de mulheres – Mulheres Unidas Contra Bolsonaro – e foi considerada a maior manifestação de mulheres na história do Brasil (BBC, 30 set. 2018). O ato em São Paulo saiu do Largo da Batata e percorreu um trajeto até a Av. Paulista, contando com 100 mil pessoas. Em resposta ao significativo movimento contrário ao pleito do candidato Bolsonaro, ocorrem uma série de atos em seu favor. A insurgência a favor de Bolsonaro ocorreu em 9 capitais e 22 cidades em 8 Estados brasileiros, mais o Distrito Federal; na cidade de São Paulo três quarteirões da Av. Paulista foram ocupados por manifestantes, na altura do FIESP (ESTADÃO, 30 set. 2018).

Em 2019 uma grande agitação popular ocorreu por meses liderada pelos estudantes. Em maio a UNE, UBES, CNTE, Apeoesp, CUT e CTB deram início a uma série de atos que reivindicavam uma agenda contrária a do governo de Bolsonaro. Contrários a reforma da Previdência (ainda em votação naquele período), ao projeto Future-se e principalmente, aos bloqueios de verbas para a educação no país pelo MEC. A ideia central dos estudantes e da UNE consistia, para além da contestação, mostrar à população a importância das universidades (principalmente públicas) e da pesquisa na prestação de serviços à sociedade. A insurgência reuniu milhares de pessoas em mais de 200 cidades pelo país – média de cada ato – (FOLHA DE SP, 13 ago. 2020). Na cidade de São Paulo a estratégia adotada para os três atos realizados consistiu na realização de percursos. O primeiro saiu da Av. Paulista e terminou na Assembleia Legislativa do Estado de SP; o segundo ato partiu do Largo da Batata em direção à Av. Paulista, passando pela Av. Rebouças; e o último ato em agosto saiu da Av. Paulista, passando pela rua da consolação até a Praça da República.

Em 2020 o Brasil e o mundo enfrentam um acontecimento histórico que subverte a ordem política e econômica global, a pandemia do Covid-19. Um vírus cuja humanidade ainda desconhece em sua totalidade e que, até o momento de conclusão desta pesquisa causou 858 mil mortes em todo o mundo (JOHNS HOPKINS, 02 set. 2020). Com a pandemia o mundo como conhecemos se transformou em questão de semanas, economias pararam, para garantir o distanciamento social quarentenas foram implementadas e voos deixaram de acontecer. Segundo texto de Bruno Latour (2020), “ficou provado que é possível, em questão de semanas, suspender, em todo o mundo e ao mesmo tempo, um sistema econômico que até agora nos diziam ser impossível desacelerar ou redirecionar”.

A ruptura completa dos hábitos e o estado de calamidade pública na saúde acarretou em duas condutas desempenhadas pelos governantes ao redor do mundo. A primeira indica ações e medidas tomadas

por governantes que colocaram a saúde e a proteção de suas populações em primeiro lugar, achatando a curva de contágio com certa agilidade, reduzindo assim o número de mortes. Com tentativas pouco eficazes ou com um plano frágil, por vezes inexistente como no caso do Brasil, algumas nações do globo adotaram a segunda estratégia. Fazem desse momento uma oportunidade para atacar a rede de segurança dos mais pobres, do que ainda sobrou de regulamentação contra o desmatamento ambiental e a mudança climática, e se livrarem de toda gente em excesso que atulha o planeta (LATOIR, 2020). O conceito de “necropolítica” elaborado por Mbembe se aplica perfeitamente nesse contexto que vivemos, onde as políticas produzem condições de negligência que permitem e legitimam o descarte de vidas.

Frente a este cenário, por uma questão ética e empática, as insurgências tais quais como as conhecemos tornam-se inviáveis. Tendo em vista que a principal possibilidade de contestação das massas tornou-se impraticável durante a pandemia, observa-se uma reinvenção, um novo acontecimento floresce, desta vez provindos de janelas e sacadas, e não das ruas, avenidas e praças como de costume. O descrédito do presidente Jair Bolsonaro frente à pandemia delineiam as medidas tomadas pelo governo, refletindo uma ineficácia do mesmo no enfrentamento da pandemia, levando milhares de pessoas a protestarem em suas janelas e varandas pedindo pelo impeachment do presidente. Ao som de gritos, vuvuzelas e bater de painéis, os manifestantes encontram uma nova maneira de contestação. Os “panelaços”, também ocorreram nos anos 2015 e 2016 a favor do impeachment de Dilma Rousseff, todavia desta vez ecoam em maior escala em ao menos 11 Estados e, em São Paulo, em pelo menos 20 bairros (GLOBO, UOL, 08 abr. 2020).

Em resposta aos panelaços, apoiadores do presidente realizam um novo tipo de insurgência (a fim de evitar o contágio pelo vírus) que consiste em pessoas dentro de seus carros buzinando e gritando, realizando um percurso pré determinado. Esse percurso durou cerca de 4 horas e 40 km percorridos. Os manifestantes deixaram o ginásio do Ibirapuera às 14h, percorrendo os bairros Jardins e Pinheiros, a marginal Pinheiros, a ponte Octavio Frias de Oliveira, a região do Aeroporto de Congonhas, a Av. 23 de Maio até chegar à Paulista. A carreta promoveu buzinação em frente ou nas imediações dos hospitais Moriah, Ruben Berta, Edmundo Vasconcelos, HCor, Santa Catarina e Pró Matre (FOLHA DE SP, 19 abr. 2020).

Por fim, através dessa análise das insurgências ao longo da última década destacou-se alguns territórios da cidade com maior reincidência, sendo eles: a Avenida Paulista com aproximadamente vinte e uma manifestações, seguida do Largo da Batata com nove, a Praça da Sé com oito e Praça da República com quatro. Como apontado na sistematização dos dados, muitas insurgências configuram-se por percursos, portanto uma mesma manifestação pode abranger mais de uma das localidades destacadas acima. Notou-se também, dada a escolha recorrente por pelo menos um dos espaços apontados, a repetição de algumas vias da cidade tendo em vista os trajetos percorridos. São elas as avenidas Rebouças, Faria Lima, Dr. Arnaldo, Brigadeiro Luís Antônio e as ruas da Consolação e Augusta. Esses espaços e trechos da cidade vem se configurando enquanto territórios de importante e significativa expressão popular e simbólica. Sendo assim, se faz necessário uma análise mais refinada

dessas insurgências sob a ótica de como elas se territorializam e quais fenômenos estão envolvidos, para que possamos compreender melhor por que determinados locais se destacam mais do que outros.

Conceituação: escala, percurso e território-código

O estudo dessas insurgências apontadas e contidas com mais detalhes na tabela indicada anteriormente, bem como o aprofundamento teórico levou à consolidação de três critérios conceituais que a partir de agora vão auxiliar na compreensão das insurgências enquanto acontecimentos intrínsecos ao território. A ideia inicial desta pesquisa foi introduzir a relevância do tema e o que se tem de material, teórico e jornalístico a respeito das insurgências. Visto isso pretende-se separá-las por um momento para entender as distintas formas de expressões da vontade popular e como elas podem colocar em questão uma determinada forma política.

Escala, como noção conceitual, considera a proporção dos atos no que se refere à abrangência territorial (na cidade, estado e país), à adesão da população através de um número relevante de modo a interferir contundentemente no cotidiano e o caráter denso e profundo das pautas reivindicadas. Esta atribuição se aplica em situações que afetam efetivamente o espaço, através da obstrução de vias, avenidas e estradas, interferindo na mobilidade e interrompendo a fruição de automóveis, transporte coletivo e caminhões. A interrupção em grande escala só é possível por meio da adesão considerável de indivíduos que protestam juntos, sendo assim, a adesão em termos de número de manifestantes também entra no escopo definidor deste conceito. E por fim, o último ponto consiste na abrangência das pautas, ou, melhor dizendo, a aderência das pautas nas individualidades e desejos da população. Veja, manifestações e protestos como os entendemos ocorrem anos a fio, todavia grandes acontecimentos somente assim se fazem a partir do momento em que as pautas são amplas ou profundas o suficiente, sendo capazes de mobilizar milhares de indivíduos.



Imagem 1: Avenida Paulista, 2013³



Imagem 2: Largo da Batata, 2018⁴



Imagem 3: Avenida Paulista, 2019⁵

Já o critério conceitual do **percurso** destaca as insurgências que definem previamente um trajeto a ser percorrido pelos manifestantes. Essa estratégia pode ser estabelecida por alguns motivos: o primeiro está atrelado as pautas reivindicadas, ou seja, quando o mote da manifestação é atingir/chamar a atenção de uma instituição ou ponto da cidade que materializa a pauta por exemplo, é comum que o

³ Imagem 1: Manifestação Junho de 2013, Av. Paulista - São Paulo, SP. Fonte: foto Wikimedia Commons.

⁴ Imagem 2: Manifestação Ele não em 2018, Largo da Batata - São Paulo, SP. Fonte: foto Nelson Antoine.

⁵ Imagem 3: Manifestação Pró Governo Bolsonaro e Sérgio Moro em 2019, Av. Paulista - São Paulo, SP. Fonte: foto Nelson Almeida.

ato se inicie ou termine na frente dessa instituição/ponto da cidade (geralmente termina). Todavia, tendo em vista que por vezes a sede encontra-se em um lugar não tão conhecido, ou porventura o local não recebe “adequadamente” um contingente relevante de pessoas simultaneamente, é comum que as lideranças promovam a concentração dos atos em locais mais acessíveis (no que se refere a mobilidade até o local) e reconhecíveis pela população enquanto palco de manifestações anteriores (são estes os territórios-código). Sinalizar que esses atos com percursos geralmente terminam nas instituições se justifica pelo fato de que a concentração é uma parte vital do sucesso da manifestação. Embora esses eventos sejam marcados e divulgados com antecedência, a concentração se coloca como um preâmbulo do ato em si, permite que as pessoas cheguem ao local, encontrem-se com seus conhecidos, se informem ou conversem a respeito das pautas com a organização ou entre os próprios manifestantes; também funciona como um chamariz para os desavisados que passam pelo local; não por coincidência é na concentração que geralmente nota-se os líderes discursando com caixas/carros de som, justamente para politizar o ato físico que está prestes a acontecer. O segundo motivo pela escolha do percurso está vinculado a possibilidade de propagação que um trajeto permite sem que, necessariamente, o ato tenha uma grande adesão de manifestantes. Quando opta-se por realizar a manifestação em um único local, corre-se o risco de que se não comparecerem muitas pessoas o ato acabe perdendo força. A fim de exemplificar para melhor compreensão: quando uma manifestação que ocorre no MASP na Av. Paulista tem cerca de 100 indivíduos, dificilmente será possível obstruir a avenida, no máximo uma das faixas, o que não impede a passagem de veículos nas demais faixas. Como apontado anteriormente, a essência de uma manifestação é causar um ruído na dinâmica automatizada da cidade, impedir fluxos, alterar rotas, bloquear passagens, é o que faz da insurgência um acontecimento do tecido da cidade, é por meio desse ruído que ela se manifesta, se comunica. Através do percurso, ainda que o ato conte com poucas pessoas, uma grande faixa com pessoas atrás caminhando já dão conta de obstruir uma faixa. A estratégia dessa escolha não leva em conta a adesão significativa, mas sim a possibilidade de inviabilizar diversas ruas (por meio do trajeto) ainda que com poucas pessoas. Por fim, o terceiro motivo, mais lúdico e subjetivo, está na possibilidade de fazer com que essa ação organizada não seja estática, se mescle com a rotina da cidade, ainda que a interrompa. O percurso é por si só uma performance, viva, que percorre a cidade, que a da vida por meio de corpos que se manifestam, seja pela simples caminhada seguida de palavras de ordem ou gritos ensaiados, seja pela percussão de baterias que animam o ato, seja pela caras e corpos pintados que politizam as ruas, pelas bandeiras, balões, panfletos, cartazes e faixas. A performatividade é uma possibilidade tão bela que aflora nos atos que merece ser comentada individualmente a seguir.



Imagem 4: Ponte Estaiada, 2013⁶

Imagem 5: Ligação Leste-Oeste, 2013⁷

Imagem 6: Avenida Paulista, 2015⁸

Por fim, o critério conceitual de **território-código**, é referenciado pela pesquisa de Perlongher em cuja tese o autor utiliza o termo para identificar determinados territórios que exercem a sociabilidade de pessoas comuns (no sentido de similaridade), “a medida que opera como fator determinante no comportamento dos habitantes, impõe, ou tende a propor, conforme as condições de sociabilidade territorial, perfis definidamente psicossociais” (PERLONGHER, 2008:268). Neste estudo este conceito será utilizado para identificar territórios da cidade cujas características, símbolos e a própria história norteiam seu uso frequente em manifestações sociais. Ainda segundo o autor, esses lugares não se sustentam apenas pela dimensão espacial concreta, necessitam de códigos no nível da expressão (práticas sociais) ali exercidas. A relação entre código e território é definida mediante seu funcionamento, através das práticas ali realizadas. Os códigos são identificados a nível simbólico, mediante um conjunto de símbolos e de subjetividades que marcam aquele espaço, não necessariamente restringindo-o aos usos que se identificam com os códigos, mas diz a respeito a valores e pontos comuns entre sujeitos. Ou seja, o código é usado para reconhecimento, diz respeito às características e história que determinado local carrega de modo a fazer parte do imaginário dos indivíduos no que se refere aos usos ali praticados. Sendo assim, na cidade de São Paulo, é possível destacar diversos pontos-lugares-espacos e até mesmo arquiteturas que se enquadram no conceito de território-código. A fim de exemplificar destaca-se alguns territórios-códigos das insurgências como o MASP, FIESP e a própria Avenida Paulista, o Largo da Batata, a praça da Sé e da República.

Vale mencionar a mutabilidade que esse conceito carrega, como abordado por Perlongher (2008:282), são hipersensíveis as menores vibrações sociais. Assim, para que de fato sejam territórios-códigos, esses espaços precisam dialogar com os aspectos sociais de uma determinada parcela da população ou pelo menos aos desejos coletivos do todo que utiliza esses territórios para suas práticas. Assim, a medida que a sociedade se modifica e com ela seus hábitos e o próprio território, por vezes lugares que uma vez atendiam as demandas da época passam a não mais atender. Como foi o caso do Vale do Anhangabaú, berço da maior manifestação do país até junho de 2013, no qual contou com mais de 1,5 milhão de pessoas presentes nas Diretas Já em 1984 segundo site informativo do Governo de São Paulo. Outros dois pontos importantes da cidade que também se destacaram por décadas por receberem grandes protestos são a Praça da Sé e a da República. Os três locais perdem sua expressiva representatividade pelo fato do centro deixar de ser, ao longo dos anos, o berço da elite e o centro financeiro da capital paulistana, migrando para outras regiões; os planos diretores indicam novos rumos para a cidade, a especulação imobiliária atua no território transformando-o. Junto com a alteração das características urbanas há também uma transformação, a partir de 2013, no cerne identitário das próprias insurgências. Antigamente, com os processos de industrialização que fundaram as cidades, os sindicatos tinham grande papel na representação dos trabalhadores, bem como os

⁶ Imagem 4: Manifestação Junho de 2013, Ponte Estaiada - São Paulo, SP. Fonte: foto Caio Kenji.

⁷ Imagem 5: Manifestação Junho de 2013, ligação Leste-Oeste - São Paulo, SP. Fonte: foto JF Diorio.

⁸ Imagem 6: Manifestação Pró Impeachment em 2015, Av. Paulista - São Paulo, SP. Fonte: foto Sebastião Moreira.

partidos políticos e as intuições de modo geral. Assim, as manifestações, protestos e greves eram organizados e liderados por estas entidades, em sua maioria, de esquerda. Em 2013 essa lógica é subvertida na medida em que passa-se a discreditar as instituições, partidos políticos e os sindicatos começam perder força popular e a sofrerem um desmonte no que se refere aos aparatos legais que viabilizavam sua existência. A desvinculação político institucional gera novas formas de organização das insurgências. Esse fato faz com que as praças da Sé e da República, que foram o berço de importantes protestos da classe trabalhadora, sigam estigmatizadas como palcos previstos de manifestações de esquerda, para além da mudança do eixo econômico citado anteriormente.

Nos dias atuais o principal território-código das insurgências sociais passa a ser a avenida Paulista - tendo o vão do MASP como elemento central e carregado de simbologia considerando a própria proposta projetual da arquiteta Lina Bo Bardi. Entretanto, ainda que a Paulista seja o principal território-código da cidade, destacamos também o Larga da Batata que, nos últimos anos vem ganhando expressão enquanto palco de grandes insurgências. Esse fato pode ser justificado com a intensificação da urbanização na região, incentivada pelo Plano Diretor por meio da Operação Urbana Água Espreada. Os novos marcos regulatórios incentivaram o adensamento na região, trazendo capital construtivo e infraestrutura, o que acarretou em um novo pólo econômico da cidade. Estes pólos são dotados de grande infraestrutura, principalmente no que se refere a mobilidade e a oferta de transporte público, sendo um facilitador e um ponto primordial para a realização de qualquer manifestação.



Imagem 7: MASP, 2016⁹



Imagem 8: FIESP, 2016¹⁰



Imagem 9: Praça da Sé, 2017¹¹

Considerando as conceituações acima, vale destacar que o fenômeno da performatividade nos atos não é um fato exclusivo de um dos três conceitos aqui elencados, pelo contrário, está presente nos três em maior ou menor escala. A riqueza desse fenômeno está em promover através de formas lúdicas e simbólicas sentimentos que engajam, que unem os manifestantes por meio da ação coletiva. Para além do que é defendido, da união de ideologias e visões de mundo que se dialogam em um mesmo espaço, é a ação coordenada que toca nossas subjetividades e promove um entrelaçamento entre os envolvidos. Por algumas horas o indivíduo faz parte de um conjunto de vozes, um corpo coletivo que grita, dança, canta e encena. Seja na vestimenta, na encenação teatral, na oficina de cartazes, nos gritos ou cantos ensaiados, nas coreografias, os indivíduos ali presentes estão juntos construindo

⁹ Imagem 7: Manifestação Contra o Impeachment em 2016, MASP Av. Paulista - São Paulo, SP. Fonte: foto Ricardo Stuckert.

¹⁰ Imagem 8: Manifestação Pró Impeachment em 2016, FIESP Av. Paulista - São Paulo, SP. Fonte: foto Rovená Rosa.

¹¹ Imagem 9: Manifestação Contra a Reforma da Previdência em 2017, Praça da Sé - São Paulo, SP. Fonte: foto Felipe Rau.

pontes, outras alternativas possíveis. Por algumas horas entende-se que existe uma forma distinta da “responsabilização” individual, na qual cada um deve se fazer por conta própria.



Imagem 10: Avenida Paulista, 2019¹²



Imagem 11: Avenida Paulista, 2016¹³



Imagem 12: MASP, 2019¹⁴



Imagem 13: São Paulo, 2013¹⁵

1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões elencadas nesta pesquisa introduzem inicialmente a complexidade do tema em questão, evidenciando um grande e mais amplo campo de pesquisa a ser explorado. O objetivo aqui foi dar luz a potência das insurgências enquanto acontecimentos e eventos contundentes nos desdobramentos históricos, políticos e sociais, além de mostrar que o território é a peça chave que concretiza a dimensão social ao contexto das cidades e do cotidiano vivido pelos indivíduos. Como apontado por Lefebvre (1968:111) a insurgência indica o elo fraco ou salto da trama social, tanto no contexto mundial como no interior de uma nação, evidencia a ilusão que se construiu a respeito das hierarquias - seja das instituições, super estruturas reguladoras ou até das classes sociais. Quando pessoas se organizam coletivamente e se expressam, reivindicam, exercitam a política por meio de uma dimensão concreta que é a ação física, torna-se visível um conjunto de desejos ali postos. Fica claro quando esse feito engloba grandes massas e se espalha por todo o território nacional que não há estrutura hierárquica que consiga ignorar ou abafar tais acontecimentos. Em maiores ou menores escalas esses eventos fazem parte de um dos principais pilares que sustentam qualquer democracia.

¹² Imagem 10: Performance com chamas - Manifestação Dia Internacional das Mulheres 8M, Av. Paulista - São Paulo, SP. Fonte: foto Uol.

¹³ Imagem 11: Encenação Cegos em Pedra - Manifestação Contra o Impeachment em 2016, MASP Av. Paulista - São Paulo, SP. Fonte: foto Estadão.

¹⁴ Imagem 12: Performance e oficina de cartazes - Manifestação pelo Clima, Av. Paulista - São Paulo, SP. Fonte: foto João Pedro Garcia Exame. Fonte: foto João Pedro Garcia Exame.

¹⁵ Imagem 13: Barricada - Manifestação Junho 2013 - São Paulo, SP. Fonte: foto Glaucio Araújo G1.

Judith Butler deixa claro que a prática plural desses acontecimentos não representam um triunfo sobre todas as formas de precariedade as quais a sociedade está submetida. Todavia, a insurgência permite a articulação através da ação, impõe uma oposição à precariedade induzida. Ela defende que “nenhum de nós age sem as condições de agir, mesmo que algumas vezes tenhamos que agir para instalar e preservar essas condições” (BUTLER, 2018:22). O ato em si é por essência político, seja pelos anseios, seja pelo simples fato de reunir corpos em ações coordenadas e coletivas livremente.

Posta essa possibilidade alternativa de construção presente no cerne da insurgência, indica-se ou propõe-se aqui uma reflexão a respeito do modo como pensamos a política, a cidade e os processos urbanos e sociais que nela se afloram. A cidade é palco, é arena, é o lugar onde a vida acontece, nela se vive, nela se disputa. Para o florescimento de uma sociedade cujo cerne não esteja pautado no descarte e na precarização constante das vidas de uma maioria em detrimento do bem estar de uma minoria, é necessário uma reformulação radical das relações no imaginário político.

Esta pesquisa se encerra em um momento no qual o país e o mundo enfrentam a pandemia do Covid-19, cujo início se deu no fim de 2019 e se espalhou com rapidez pelo mundo, paralisando a maioria das nações e suas respectivas economias. Através das quarentenas pessoas ficaram meses sem sair de suas casas, a vida foi interrompida, tanto a cotidiana quanto a literal. As insurgências aqui estudadas apontam uma práxis coletiva de ação no território, frente às opressões que sofremos individualmente. Antes da pandemia essa possibilidade concreta de ação indicava uma possibilidade de levante popular, todavia, com o surgimento do Covid-19, estamos vivenciando uma nova realidade, configurando uma nova sociedade. Nela vimos que para além da reunião de corpos em um espaço físico e concreto, há nesses movimentos um sentimento que conseguiu existir mesmo quando o território foi tirado de nós, mesmo quando a reunião e circulação livre de corpos foi interrompida. Nessa nova realidade as condições e possibilidades de imaginar e performar a ação tornaram-se impraticáveis para todos aqueles que têm a consciência do “impacto absolutamente extra-individual, comunal, coletivo, societário e até planetário dos nossos menores gestos” (LEPECKI, 2020). Esse entendimento viabilizado por um sentimento empático e solidário passou a constituir a própria consciência política e ética no Brasil. Os efeitos da necropolítica aqui aplicada fez com que os indivíduos desenvolvessem independentemente do Estado uma rede solidária de apoio mútuo, ainda que por alguns meses; configurando a circulação, ainda que não física, de outras formas de afeto, criando um corpo outro, mas igualmente político e social.

Se existe alguma intenção de pensar uma realidade distinta da atual, que não somente consente mas legitima o descarte de indivíduos, é necessário direcionar o olhar para o estudo e compreensão desses eventos, seus reflexos e desdobramentos sociais e territoriais. Implica em apostar na politização das relações humanas, na forma como vivemos e agimos, na consolidação de uma rede solidariedade sob um sistema de mútua dependência e apoio, no qual enxergamos para além da pandemia, que nossas vidas e ações dependem e refletem na dos outros.

Nesse sentido, ainda que estejamos inviabilizados momentaneamente de atrelar essa vida aos espaços da cidade, é impossível dissociar o espaço físico do urbano como espaço de visibilidade, enquanto

locus da práxis e da cidadania, pois, é nesse território que existem as marcas da história, as conquistas sociais, nossas identidades e enraizamentos. É no espaço onde vivemos que os elementos subjetivos individuais, coletivos e sociais ganham dimensão concreta e simbólica.

1. REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação - Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David. et. al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, M. Angélica. *Insurgência, espaço público e direito à cidade*. Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - ANPEGE; p.119-135, vol.13, n.22, set-dez, 2017.

FIX, Mariana. *São Paulo Cidade Global: Fundamentos Financeiros De Uma Miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

GUATTARI, Felix. *Espaço e poder: a criação de territórios na cidade*. In: *Revista Espaço e Debates n. 16*, 1985, p.109 a 120.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LATOUR, Bruno. *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. Tradução de Deborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: N-1, 2020.

LEFEBVRE, Henri. (1968). *A irrupção*. São Paulo: Editora Documentos Ltda. (1999). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LEPECKI, André. (2011) (2012) (2020). *Coreopolítica e Coreopolícia*. Revista Ilha, vol 13, n.1, p 41-60, jan./jun. *Movimento em Pausa*. Contactos, 2020. Disponível em: <<https://contactos.tome.press/movimento-na-pausa/?lang=pt-br>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MARICATO, Ermínia. *É questão urbana, estúpido!*. In: MARICATO, E; et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ROLNIK, Raquel. (2013) *As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. Apresentação.in: MARICATO, E; et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. (essas duas são do mesmo livro, como citar? Deixa separado ou junto?)

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. São Paulo: Vozes, 2011.

SANTOS, Milton. (2005) *O retorno do território*. In: Reforma agraria y lucha por la tierra en América Latina. Territorio y movimientos sociales. Periódico OSAL. Buenos Aires, v. 16. (2012). A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP.

VAINER, Carlos. (2013). Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, E; et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

AVELAR, Daniel. *Entenda os protestos que sacodem o mundo*. Folha de SP, 02 nov. 2019.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/entenda-os-protestos-que-sacodem-o-mundo.shtml>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

Aprovado o texto-base da reforma da Previdência; Senado vota últimos destaques nesta quarta.

Agência Senado, 22 out. 2019. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/10/22/aprovado-o-texto-base-da-reforma-da-previdencia-senado-vota-ultimos-destaques-nesta-quarta>>. Acesso em: jul. 2020.

Atos contra Bolsonaro levam milhares às ruas pelo Brasil. Folha de SP, 13 ago. 2020. Disponível

em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/08/atos-contra-bolsonaro-levam-milhares-as-ruas-no-rio-e-em-sp.shtml>>. Acesso em: jun. 2020.

Bolsonaro é alvo de panelaços durante pronunciamento sobre o coronavírus. Uol, 08 abr. 2020.

Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/08/bolsonaro-e-alvo-de-panelacos-durante-pronunciamento-sobre-o-coronavirus.htm>>. Acesso em: ago. 2020.

Carreatas pelo país têm Bolsonaro, pedidos de reabertura do comércio e avenida Paulista fechada.

Folha de São Paulo, 19 abr. 2020. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/carreatas-pelo-pais-pedem-fim-do-isolamento-apos-206-novas-mortes-por-coronavirus.shtml>>. Acesso em: ago. 2020.

Cidades brasileiras registram panelaço contra Bolsonaro. G1, 08 abr. 2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/08/cidades-brasileiras-registram-panelaco-contra-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: ago. 2020.

COVID-19 Map. Johns Hopkins, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: ago. 2020.

#EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. BBC, 30

set. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: jun. 2020.

Greve Geral reúne 40 milhões de trabalhadores dizem sindicatos. Exame, 28 abr. 2017. Disponível

em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/greve-geral-reune-40-milhoes-de-trabalhadores-dizem-sindicatos/>>. Acesso em: jun. 2020.

Greve geral: veja o que não vai funcionar nesta sexta-feira, 28 de abril. El País, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/politica/1493303188_266659.html>. Acesso em: jun. 2020.

Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas. El País, 10 mar. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html>. Acesso em: jun. 2020.

Manifestações pelo Brasil. G1 Brasil, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acesso em: ago. 2019.

MBL elegeu oito de seus 45 candidatos. JusBrasil, 2016. Disponível em: <<https://cleazevo.jusbrasil.com.br/noticias/390559245/mb-elegeu-oito-de-seus-45-candidatos>>. Acesso em: jun. 2020.

Metro de SP liberou catraca para manifestantes em ato contra Dilma. Valor, 18 mar. 2015. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2015/03/18/metro-de-sp-liberou-catraca-para-manifestantes-em-ato-contra-dilma.ghtml>>. Acesso em: jun. 2020.

Moro decreta a prisão de Lula. BBC, 05 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43663767>>. Acesso em: jun. 2020.

Ponte Estaiada completa 10 anos; confira curiosidades sobre a obra da Zona Sul de SP. G1 São Paulo, 10 mai. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/ponte-estaiada-completa-10-anos-confira-curiosidades-sobre-a-obra-da-zona-sul-de-sp.ghtml>>. Acesso em: jun. 2020.

Protestos contra a reforma da Previdência são registrados em ao menos 16 Estados e no DF. Uol, 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/31/protestos-contra-a-reforma-da-previdencia-bloqueiam-vias-da-capital-e-da-grande-sp.htm>>. Acesso em: jun. 2020.

Protesto em SP ocupa Av. Paulista, estradas e tem tumulto com militantes. G1 São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/protesto-em-sp-ocupa-av-paulista-estradas-e-tem-tumulto-com-militantes.html>>. Acesso em: ago. 2019.

9 capitais e 16 cidades registram atos pró Bolsonaro. Estadão, 30 set. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,ato-pro-bolsonaro-comeca-na-avenida-paulista,70002526360>>. Acesso em: jun. 2020.

Contatos: Juliana Gilardino. Email: juliana.gilardino@gmail.com

Volia R. Costa Kato. Email: vrkato@uol.com.br